

# Mobilidade social e estratégias reprodutivas no Brasil de finais do século XX<sup>1</sup>

## Social mobility and reproductive strategies in latter 20th century Brazil

NATHALIE REIS ITABORAÍ<sup>2</sup>

*“Nada nos comove e nos interessa  
tanto como o que nos é próximo.”  
(Murilo Mendes, O discípulo de Emaús)*

Dedico esse trabalho aos  
meus filhos, João Pedro,  
Maria Teresa e Emanuel,  
meu maior projeto pessoal

### Resumo

No Brasil, um significativo processo de queda fecundidade foi acompanhado por intensa mobilidade social. O objetivo desse artigo é analisar a relação entre ambos os processos. Após discutir as principais hipóteses da bibliografia sobre a relação entre fecundidade e mobilidade social, são estimadas as taxas de fecundidade por classe social, para, então, investigar as associações entre alterações na fecundidade e experiências de mobilidade social. Por fim, aborda-se o que os resultados encontrados nos dizem das desigualdades sociais,

---

1 Esse texto é uma adaptação de um trabalho originalmente apresentado no XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). Além do apoio constante de meu orientador, Nelson do Valle Silva – que inspirou inclusive a hipótese central desse artigo – devo registrar que venho desde então me beneficiando muito da interlocução com o campo da Demografia, sobretudo através de eventos promovidos pela ABEP, e acumulando dívidas-dávias intelectuais em especial para com Ana Maria Goldani, Maria Coleta de Oliveira e Maria do Carmo Fonseca.

2 Nathalie Reis Itaboraí é doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: nathalieri@uol.com.br

especialmente as de gênero, no Brasil.

**Palavras-chave:** mobilidade social. classe social. gênero.

## **Abstract**

In Brazil, an expressive process of fertility decline was accompanied by intense social mobility. The purpose of this paper is to analyze the relationship between both processes. After discussing the chief hypothesis of the literature on the relationship between fertility and social mobility, fertility rates by social class are estimated, to, then, inquire the associations between changes in fertility and experiences of social mobility. Finally, it is discussed what the results tell about social inequalities, especially the gender ones, in Brazil.

**Keywords:** Social mobility. social class. gender.

A reprodução humana é um fenômeno social complexo que envolve aspectos sociais e culturais, além dos biológicos e afetivos. A capacidade de reproduzir-se é um pré-requisito, mas precisará do desejo de maternidade/paternidade ou da impossibilidade de controle da fecundidade para se realizar. O desejo de ter filhos por sua vez dependerá de uma série de construções sócio-culturais e históricas, bem como a possibilidade de efetivar a decisão de não tê-los será influenciada por características sócio-econômicas e mesmo políticas, dada a interferência de esferas mais amplas, como as políticas populacionais do Estado, nesse aparente domínio exclusivo do casal.

As características sócio-econômicas têm sido sempre reconhecidas como fatores a influenciar a fecundidade, uma vez que, por exemplo, a educação e a renda feminina afetam tanto seu conhecimento quanto sua capacidade de ter acesso a meios contraceptivos. Decorrente em parte desses fatores, outra dimensão também bastante reconhecida é a variabilidade do comportamento reprodutivo (número de filhos, precocidade, espaçamento dos nascimentos) entre pessoas de diferentes condições sociais. Esse trabalho realça a participação desse *background* social na construção da maternidade/paternidade, reconhecida a variabilidade por classes do valor e custo dos filhos. A situação de mobilidade deve ser vista como um fenômeno complexo, dada a transição entre duas culturas de classe e duas condições materiais distintas, ambas afetando o desejo (e a possibilidade de efetivar tal desejo) quanto ao número de filhos. Por outro lado, há ainda o aspecto da concorrência entre projetos pessoais ou familiares de mobilidade e a fecundidade, dilema que atinge especialmente as mulheres (Gerson, 1985).

Nesse artigo, pretende-se, ciente de toda essa complexidade<sup>3</sup>, aproximar-se da relação entre fecundidade e mobilidade social no Brasil nos anos 90, de forma a evidenciar como a experiência de mobilidade

---

3 Essa complexidade se redobraría se pudéssemos levar em conta aspectos mais finos do comportamento reprodutivo, como a idade da mãe ao ter os filhos (especialmente o primeiro), o espaçamento entre esses, e o ordenamento temporal dos fenômenos fecundidade e mobilidade, características indisponíveis em na base de dados empregada, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 1996, que contou com um detalhado suplemento especial sobre mobilidade social. Outras dificuldades metodológicas, como a relativa a direção da causalidade, serão abordadas ao longo do trabalho.

social encontra-se associada (afeta e é afetada) pelo comportamento reprodutivo. O contexto social analisado é marcado por dois processos, bastante pesquisados em separado, mas cuja inter-relação queremos investigar: queda de fecundidade e intensa mobilidade social, predominantemente ascendente. A demografia (Carvalho e Wong, 1990) registra que, com o fim da Segunda Guerra Mundial, assiste-se, no Brasil, um processo de queda da mortalidade, seguida de uma “explosão demográfica” por volta dos anos 50, para logo a partir dos anos 60, a fecundidade começar a cair de forma surpreendentemente rápida, já que não havia nenhum programa oficial de controle da natalidade. Por outro lado, por volta dos anos 70 está em curso a consolidação do processo de desenvolvimento econômico e social do país, sendo um momento fundamental no processo de urbanização, industrialização e diferenciação da produção brasileira. Desde então é também mais visível a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho.

Se as mulheres se beneficiam do processo de mobilidade decorrente dessas transformações estruturais em curso, há expressiva desigualdade de gênero, dado que as oportunidades de ascensão serviram sobretudo aos homens, cabendo às mulheres ocuparem os postos por eles deixados vagos (Pastore, 1979: 46). Estudos mais recentes mostram também que as mulheres continuam experimentando desvantagens na estrutura de emprego e auferindo menor mobilidade (Scalon, 1999). Dentre os fatores em geral utilizados para explicar o controle da fecundidade, encontram-se a adesão a valores modernos difundidos inclusive pelos meios de comunicação e o processo geral de modernização que abre possibilidades novas para as mulheres, como as de trabalho e escolarização. A simultaneidade dos processos de redução da fecundidade e mobilidade social instiga a investigar a relação entre ambos. Na verdade, há décadas diversas hipóteses nesse sentido vêm sendo pensadas, como mostrado a seguir.

### **Fecundidade e mobilidade: uma longa tradição de estudos**

Os estudos sobre as relações entre mobilidade e fecundidade são antigos e recorrentes. Provavelmente a primeira proposta de uma relação entre esses dois fenômenos foi feita por Dumont, em 1890, para quem as pessoas teriam um desejo natural de controlar a fecundidade em benefício da ascensão social de sua família, a qual “tinha que ser ‘fina’ para subir na escala social”, daí derivando o nome de sua teoria da “capilaridade social” (Silva, Valois, 1983: 1).

Como realçam Kasarda, Billy e West<sup>4</sup> (1986), tratado inicialmente de uma perspectiva biológica, inclusive sob a hipótese de uma seleção natural dos inférteis para a mobilidade, será a partir da década de 1940, que os efeitos da mobilidade social sobre a fecundidade começam a ser estudados de um ponto de vista mais social. Será realçado o alto grau de racionalidade dos casais móveis, utilizado no controle da fecundidade, bem como realizadas comparações entre a fecundidade de casais móveis e imóveis quanto ao intervalo entre casamento e primeiro filho, o espaçamento entre os nascimentos, os efeitos da diferença entre padrão de vida real e desejado sobre o controle da fecundidade, ou a redução do número de filhos para garantir melhores oportunidades para eles.

A partir de meados dos anos 60, Blau e Duncan questionam se há de fato um efeito da mobilidade sobre a fecundidade, ou se trata-se de uma simples adição dos efeitos da fecundidade dos grupos de origem e destino. São esses autores que lançam também a hipótese da aculturação para explicar o fato da fecundidade dos indivíduos móveis ser intermediária entre a fecundidade do grupo de origem e a do destino, dada a não completa integração a nenhum dos dois grupos, que determinando que seu comportamento fosse influenciado por ambos. Um novo avanço proporcionado por estudos posteriores a 60 é proposto por Hope, com a inclusão da distância e direção da mobilidade no estudo de seu efeito sobre a fecundidade. Outros aspectos levados em conta recentemente na comparação entre casais móveis e imóveis são o tempo dedicado a reprodução, o uso de contraceptivos e o impacto da gravidez e da formação de família precoces sobre a mobilidade.

Dentre as teorias que apontam que é a mobilidade social que afeta a fecundidade, encontramos quatro enfoques principais que tentam explicar o porquê dessa relação. O primeiro deles propõe que o processo de mobilidade tem efeitos desintegradores, causando insegurança e falta de suporte social dada a mudança da condição de classe, implicando em um *isolamento social* que é compensado pelo aumento do número de filhos. Uma segunda teoria enfatiza que

---

4 Fonte de informação sobre todos os autores citados nessa seção que não foram referenciados.

o *estresse e a desorientação* decorrentes do processo de mobilidade levariam a uma redução do desejo de ter filhos e da própria capacidade biológica de reproduzir. Outros autores apontam, contudo, que esses sentimentos podem levar justamente a efeitos contrários, diante da maior ineficácia da contracepção nessas condições. Uma terceira teoria apresenta a *melhoria de status* como a motivação para uma conduta racionalmente orientada no sentido de limitar a fecundidade por parte de casais que aspiram à ascensão. Uma última teoria, proposta por Easterlin e conhecida como *status econômico relativo*, parte da comparação entre os gostos de consumo aprendidos na família de origem e a percepção quanto a disponibilidade de recursos, os quais, quando sobram, passam a ser investidos em um maior número de filhos, ou o contrário se são percebidos como faltando.

Kasarda, Billy e West (1986) resumem as predições dessas 4 teorias quanto ao impacto da mobilidade sobre a fecundidade no seguinte quadro.

	Mobilidade ascendente	Imobilidade	Mobilidade descendente
Isolamento social	+	0	+
Estresse e desorientação	-	0	-
Melhoria de status	-	0	+
Status econômico relativo	+	0	-

Cabe realçar que ao assumir que é a mobilidade que afeta a fecundidade supõe-se que esta a antecede temporalmente. Tudo indica, ao contrário, que a relação entre mobilidade e fecundidade é de influência mútua, porque tratam-se de processos vividos de forma concomitante, sendo que as decisões sobre família e reprodução, bem como os investimentos profissionais, são (re)definidos de forma variável no tempo e de acordo com as circunstâncias pessoais e sociais. Aliás, os problemas de conceituação e mensuração comuns nesses vários enfoques são enfatizados por Kasarda, Billy e West (1986). Tanto a mobilidade quanto a fecundidade são fenômenos complexos e multidimensionais, sendo limitado analisá-los como resultados objetivos estanques a partir de variáveis como o número de filhos tidos e a mobilidade efetivamente alcançada. O ideal seria dados longitudinais que acompanhassem a história dos nascimentos

e todo o processo de mobilidade e as aspirações e motivações a ele subjacentes. Como tais dados não se encontram disponíveis a solução tem sido investir na criatividade para trabalhar as informações existentes.

Alguns estudos já foram feitos para o Brasil e América Latina. Huntchinson, em fins dos anos 50, avaliou o efeito da mobilidade ocupacional intergeracional em oito cidades do Brasil meridional, encontrando que o tamanho médio das famílias imóveis é muito maior do que o das famílias ascendentes (Kasarda, Billy e West , 1986: 23). Já Silva e Valois utilizaram dados da PNAD de 1973 , observando que a mobilidade social, tanto ascendente como descendente, tem um efeito depressor sobre a fecundidade, sendo mais forte esse efeito no caso da ascensão social: “o descenso social acarreta uma redução da fecundidade da ordem de aproximadamente 1/6 de filho, enquanto que a ascensão social também acarreta uma redução na fecundidade, sendo esta mais forte e da ordem de ¼ de filho em média”(1983: 16). Todavia, restam dúvidas quanto a se essa relação seria verificada apenas em países e contextos onde houvesse diferenciais de fecundidade interclasses significativos. Boyd, por exemplo, seguindo a proposta de Blau e Duncan analisou a associação entre carreira de mobilidade e tamanho completo da família em cinco cidades latino-americanas, chegando a conclusão de que apenas na Cidade do México, a mobilidade de carreira tem significado para explicar os diferenciais no tamanho da família, sendo as variações encontradas nas demais cidades pesquisadas (Bogotá, San José, Cidade do Panamá e Caracas) explicáveis apenas pela composição dos efeitos dos status de origem e destino. Essa constatação deve-se, segundo a autora, às diferenças entre esses países quanto aos diferenciais de fecundidade por estratos ocupacionais e o contexto geral de desigualdades que possibilita ou dificulta a mobilidade social. A efetividade do efeito da mobilidade sobre a fecundidade se deveria então ao quadro de desigualdades sociais e a presença de diferenciais significativos de fecundidade interclasses. A persistência ou não desses diferenciais no Brasil é o aspecto sobre o qual nos debruça-se a seguir.

## Diferenciais de fecundidade por classe social

Utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1996, que coleta informações sobre fecundidade para todas as mulheres moradoras de 15 anos ou mais de idade, realizamos o cálculo da taxa de fecundidade para a população brasileira como um todo, considerando apenas as mulheres chefes ou cônjuges<sup>5</sup>. Foram empregados dez estratos ocupacionais, os quais se encontram hierarquizados de acordo com a renda e escolaridade característica de cada ocupação.

---

<sup>5</sup> Cabe realçar que os dados utilizados restringem-se a mulheres que ocupam as posições de chefe ou cônjuge em seus domicílios, para que haja compatibilidade com as informações sobre mobilidade, só disponíveis para esse universo. Ficam assim excluídas da análise as mulheres jovens, com ou sem filhos, que encontram-se na posição de filha no domicílio, bem como mulheres que vivem em outros arranjos familiares em posições que não aquelas já referidas. Essa limitação parece ter implicações no que diz respeito a fecundidade do primeiro grupo etário, especialmente quando se leva em conta a incidência de gravidez na adolescência no país. Para estimar a fecundidade utilizou-se o método de Brass, recomendado na ausência de dados confiáveis de registro civil de nascimentos, o qual se baseia na parturição média e na fecundidade corrente, a primeira medida pelo número de filhos tidos por cada grupo de idade quinquenal de mulheres e a segunda referindo-se aos filhos tidos em um ano de referência por cada grupo etário de mulheres. A taxa total de fecundidade obtida por esse método é, assim, uma estimativa do número de filhos que, em média, uma mulher teria durante seu período reprodutivo considerando-se que ela seguisse as taxas específicas de fecundidade de um determinado período e sociedade.

**Tabela 1.** Taxa de fecundidade total e por categorias ocupacionais

	<i>Parturição das mulheres de 45 a 49 anos - P(7)</i>	<i>Taxa de fecundidade</i>
<b>População total</b>	4,2	2,6
<b>Classe social familiar*</b>		
I. Trabalhadores rurais	6,2	3,6
II. Trabalhadores do serviço doméstico e pessoal	4,6	2,5
III. Trabalhadores da indústria tradicional, dos serviços gerais e ambulantes	4,5	2,9
IV. Pequenos proprietários e trabalhadores no comércio estabelecido	3,9	2,2
V. Proprietários rurais	4,4	2,4
VI. Supervisores do trabalho manual e trabalhadores da indústria moderna	3,5	2,5
VII. Técnicos, artistas e funções de rotina	2,8	1,9
VIII. Proprietários empregadores e cargos de direção	2,7	1,9
IX. Profissionais de nível superior	2,3	1,4
X. Profissionais liberais	2,6	1,8

*Fonte dos dados brutos:* IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1996.

\* Definida a partir da ocupação do cônjuge inserido em posição mais alta no mercado de trabalho.

Os dados apresentados na tabela 1 permitem observar que a taxa de fecundidade para a população total situa-se em 2,6 filhos por mulher e há significativas variações por classe social. A taxa de fecundidade é menor nos estratos economicamente privilegiados, aumentando o número de filhos a medida em que se observam os estratos sociais

mais baixos. De maneira geral, a fecundidade caiu e alcança níveis razoavelmente baixos em todos os grupos ocupacionais. A tabela 1 apresenta também a parturição média do grupo de mulheres mais velho, que nos permite comparar a fecundidade passada com a fecundidade corrente, permitindo notar que os estratos ocupacionais partiram de condições de fecundidade bastante diferenciadas, com valores altos entre os trabalhadores rurais (6,2 filhos por mulher), os trabalhadores do serviço doméstico e pessoal (4,6), os trabalhadores da indústria tradicional, serviços gerais e ambulantes (4,5) e os proprietários rurais (4,4), enquanto a P(7) dos estratos ocupacionais mais altos atingem níveis mais próximos dos atuais. Isso confirma a tese de que a fecundidade já havia caído nos estratos ocupacionais mais altos, sendo os estratos mais baixos só depois atingidos por esse processo.

### **Mobilidade e fecundidade: investigando relações**

Constatada a existência de diferenciais de fecundidade interclasses, passamos a análise da relação entre mobilidade e fecundidade. Optamos por estudar a mobilidade intergeracional completa, que diz respeito ao movimento entre a classe do pai e a inserção atual do filho(a) no mercado de trabalho. Esta dimensão é por nós privilegiada porque está aí em questão a transição entre duas culturas de classe, aquela em que se foi socializado e aquela adquirida posteriormente a partir da inserção no mercado de trabalho ou matrimônio. Duas hipóteses quanto a relação entre fecundidade e mobilidade devem ser enunciadas: 1. a de que seja essa transição entre culturas de classe que afeta a fecundidade e 2. a de que é o esforço envolvido no caso da ascensão social que leva a uma restrição do número de filhos. No primeiro caso é a situação de mobilidade que afeta a fecundidade. Já no segundo é a fecundidade que é controlada em função do desejo de mobilidade.

A variável classe social é aqui mensurada de duas formas. Uma primeira medida de classe familiar foi utilizada para avaliar a mobilidade intergeracional familiar, que compara a classe do pai da mulher à classe atual da família. Para medir a posição de classe familiar optamos por um método que levasse em conta tanto o homem quanto a mulher. Para isso utilizamos um método semelhante ao proposto por Eriksson (1984) em seus estudos de classe, método por ele denominado “dominance approach”. No nosso caso, esse procedimento consistiu

em definir a classe familiar a partir da situação ocupacional daquele cônjuge que estivesse em mais alta posição no mercado de trabalho, ou, no caso da ausência de cônjuge ou de não trabalho de um dos cônjuges, a partir daquele cônjuge que estivesse engajado no mercado de trabalho<sup>6</sup>. Uma segunda medida de mobilidade utilizada foi a mobilidade intergeracional feminina, medida de forma típica, comparando a ocupação atual da mulher à ocupação de seu pai.

Ao medir a mobilidade social, compara-se a classe social atual familiar ou feminina sempre à classe do pai da mulher quando esta tinha quinze anos. Privilegiamos a mulher por considerá-la mais determinante nas decisões sobre fecundidade. Já a fecundidade é medida pela variável número médio de filhos tidos, considerando-se apenas as mulheres com 40 anos ou mais, as quais presumivelmente encerraram sua carreira reprodutiva<sup>7</sup>.

Na Tabela 2, analisamos a fecundidade segundo a classe de origem e a situação de mobilidade, ou seja, se houve mobilidade ascendente ou descendente ou se nela permaneceu imóvel. Em linhas gerais percebe-se que as pessoas que sofreram mobilidade ascendente apresentam sistematicamente menor fecundidade que as pessoas que permaneceram imóveis, exceção feita aos grupos de proprietários rurais e profissio-

---

6 O que está em questão é a comparação entre a classe social de origem, na qual a mulher foi socializada, dela recebendo valores quanto a fecundidade e maternidade, e a classe social atual, seja derivada do trabalho feminino, seja, para as que não trabalham ou que tem posição social inferior a do marido, consequência da convivência com um marido de uma classe social diferente daquela em que a mulher se socializou, o que pode implicar em novos valores, e, o que nos interessa especialmente, novos padrões de fecundidade. Para permitir uma melhor reflexão sobre as implicações desse critério, informamos que, nas famílias em que as mulheres trabalham, calculamos, com essa tipologia de dez estratos, a existência de 23,6% de casos de mulheres que possuem situação de classe superior ao marido, sendo 41,5% dos casos casais homogâmicos quanto a classe, predominando nos restantes (34,9%) a ocupação do marido.

7 Diante da importância recente da maternidade tardia, fruto em parte do próprio esforço de mobilidade, temos que considerar os limites dessa definição de idade, a qual não dá conta de cerca de 10% das mulheres, as quais tiveram filhos depois dos 40 anos. Outro problema a ser comentado é a escassez de casos em algumas células, reflexo de falta de informações sobre ocupação, especialmente do pai, bem como expressão dos padrões de mobilidade brasileiros em que determinados fluxos são favorecidos e outros não.

nais de nível superior. Por outro lado, aqueles que passaram por uma situação de descenso social apresentam maior fecundidade.

Essa diferença é, no caso da medida de mobilidade feminina, de menos 0,98 filhos para as ascendentes, excetuando os dois estratos com comportamento atípico (V e IX), e de mais 1,31 filhos para os que desceram na hierarquia social. Já a medida de mobilidade familiar apresentou os seguintes resultados: redução de 1,06 filhos para as famílias ascendentes, excluindo do cálculo o grupo IX, que apresenta comportamento atípico (+ 0,5 filhos); e aumento em 0,46 filhos para aqueles que sofreram descenso, excluindo do cálculo o grupo II que teve um ligeira redução de fecundidade (-0,1 filhos). As diferenças no número de filhos tidos associadas à mobilidade ascendente são maiores nos grupos sociais mais baixos, diminuindo ou assumindo valores positivos nos grupos mais altos, para os quais esse processo parece ser bem menos custoso.

Comparando as medidas por família a pela ocupação feminina, vê-se que esta última produz sempre resultados inferiores, o que pode indicar que o esforço das mulheres trabalhadoras para ascender se faz ainda mais a custa da redução da fecundidade. Outra hipótese é de que, por se tratar de famílias em que as mulheres trabalham, a medida reflete o fato de que essas controlam mais a fecundidade porque têm mais acesso a informação. Outro aspecto a ser considerado é que a medida familiar tem o efeito de maximizar a posição de classe da família, ao adotar a ocupação do cônjuge melhor inserido no mercado de trabalho. É importante enfatizar, todavia, que ambas medidas produzem resultados bastante similares no sentido de indicarem um mesmo padrão de relação entre fecundidade e mobilidade social.

**Tabela 2.** Número total de filhos tidos por classe familiar e feminina de origem e situação de mobilidade (apenas mulheres com 40 anos ou mais)

Classe de origem	Situação de mobilidade	Mobilidade interger. feminina	N	Mobilidade interger. familiar	N
Classe I	Imóvel	6,5	3314	6,6	3095
	Mob. Ascend.	4,3	4729	4,4	5320
Classe II	Imóvel	4,0	32	4,5	14
	Mob. Descend.	8,4	5	4,4	16
Classe III	Mob. Ascend.	2,7	74	2,8	100
	Imóvel	3,8	440	4,0	561
	Mob. Descend.	4,4	621	4,5	531
Classe IV	Mob. Ascend.	2,7	662	2,9	866
	Imóvel	3,2	99	3,1	91
Classe V	Mob. Descend.	3,6	216	3,6	231
	Mob. Ascend.	2,4	296	2,5	360
	Imóvel	2,0	2	4,1	26
Classe VI	Mob. Descend.	4,2	288	4,2	289
	Mob. Ascend.	2,3	123	2,4	158
	Imóvel	3,0	2	3,0	22
Classe VII	Mob. Descend.	3,8	206	3,9	230
	Mob. Ascend.	2,4	163	2,4	184
	Imóvel	2,6	123	2,5	111
Classe VIII	Mob. Descend.	3,5	159	3,2	198
	Mob. Ascend.	2,1	97	2,4	138
	Imóvel	2,4	98	2,6	141
Classe IX	Mob. Descend.	3,0	327	2,9	355
	Mob. Ascend.	2,0	117	2,1	144
	Imóvel	1,6	19	1,8	25
Classe X	Mob. Descend.	2,6	62	2,9	65
	Mob. Ascend.	2,4	5	2,3	10
	Imóvel	2,1	18	2,3	23
	Mob. Descend.	3,0	60	2,8	65

Fonte dos dados brutos: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1996.

Pelos resultados encontrados na tabela 2, poderíamos supor que a situação de mobilidade ascendente (considerando que essa antecede a fecundidade) causa um isolamento social perante a nova cultura de classe com a qual se passa a conviver, o que acarretaria uma redução no número de filhos devido ao estresse gerado pela situação. Outra possibilidade seria de que a fecundidade (considerando que as decisões sobre essa dimensão pessoal antecedeu o processo de mobilidade) é restringida com o objetivo de ascender socialmente, tal como na teoria da melhoria de status. Já quanto aos que desceram na hierarquia social, podemos supor que o aumento da fecundidade teria sido uma forma de compensar o isolamento social vivido ou, pelo contrário, justamente a causa da incapacidade de obter uma melhoria de status social.

Uma outra hipótese relevante, que nos parece bastante factível, uma vez que sabemos que as taxas de fecundidade por classe caracterizam-se no Brasil por uma diminuição a medida em que aumenta a condição de classe, é que os dados observados se deveriam a um efeito de composi-

ção entre estratos de origem e destino, tal como na hipótese enunciada por Blau e Duncan. Ou seja, a fecundidade atual representaria uma média entre a fecundidade característica das duas classes das quais a família fez/faz parte. Para facilitar esse tipo de reflexão, calculamos, na tabela 4, qual seria a fecundidade média entre estrato de origem e de destino para cada trajetória social. Dada a similaridade das duas medidas de classe antes utilizados e tendo em vista a economia de espaço, utilizaremos aqui apenas a medida de classe familiar.

Como se observa na tabela 3, as diferenças entre a média de filhos tidos e a estimativa do que seria o efeito de composição<sup>8</sup> para os ascendentes registrou em sua maioria resultados negativos, sugerindo que há um custo de mobilidade que se faz pela redução do número de filhos. No caso dos que desceram na hierarquia social, a diferença calculada também confirma o padrão esperado (descenso social acompanhado de aumento da fecundidade). Os casos atípicos estão marcados na tabela (com o sinal \*), os quais somaram 28,8%, ou seja, 26 trajetórias em 90. Esses resultados reiteram a constatação de que a situação de mobilidade, independente da atuação de fato de um efeito de composição origem + destino, é por si causadora de impactos na fecundidade.

No caso dos ascendentes vê-se que o custo é maior entre os estratos sociais mais baixos. Observando as pessoas que partem da condição de trabalhador rural para ocupações urbanas, característica central da mobilidade estrutural experimentada pelo país nos anos 60, vê-se que a fecundidade cai a medida em que mais degraus são percorridos. A única exceção é a mobilidade para proprietário rural, que implica em fecundidade superior ao que seria previsto pelo efeito de composição, provavelmente devido a melhoria do padrão de vida se dar no mesmo contexto rural de padrões de comportamento quanto a fecundidade. Um grande elemento diferencial para a fecundidade parece continuar a ser a linha urbano-rural, o que é representativo do acesso diferenciado de oportunidades que estar na cidade determina independente do estrato social. As transformações estruturais e institucionais (Alves, Fonseca, 1994) que afetam a transição da fecundidade parecem atingir

---

8 Estimamos o efeito de composição pela média entre a fecundidade própria dos imóveis (em negrito na tabela) de cada uma das duas classes em questão.

mais, tanto em termos de anterioridade quanto de intensidade, o meio urbano que o meio rural.

**Tabela 3.** Número médio de filhos (MF), Efeito de composição (EC) e diferença entre MF e EC por classe social familiar de origem e de destino (somente mulheres com 40 anos ou mais)

Classe de origem	Classe de destino	MF	Nº casos	EC	MF - EC
Classe I	Classe I	6,6	3095	-	-
	Classe II	4,9	1138	5,5	-0,6
	Classe III	4,8	2124	5,3	-0,5
	Classe IV	4,7	595	4,8	-0,1
	Classe V	5,7	143	5,3	0,4
	Classe VI	3,5	203	4,8	-1,3
	Classe VII	3,2	569	4,5	-1,3
	Classe VIII	3,0	388	4,6	-1,6
	Classe IX	2,6	137	4,2	-1,6
	Classe X	2,0	23	4,4	-2,4
Classe II	Classe I	9,0	5	5,5	3,5
	Classe II	4,5	14	-	-
	Classe III	3,3	34	4,2	-0,9
	Classe IV	3,6	14	3,8	-0,2
	Classe V	-	-	4,3	-
	Classe VI	3,0	2	3,7	-0,7
	Classe VII	2,4	22	3,5	-1,1
	Classe VIII	2,2	17	3,5	-1,3
	Classe IX	2,4	10	3,1	-0,7
	Classe X	2,0	1	3,4	-1,4
Classe III	Classe I	6,1	110	5,3	0,8
	Classe II	4,0	272	4,2	-0,2*
	Classe III	4,0	561	-	-
	Classe IV	3,6	152	3,5	0,1*
	Classe V	5,6	8	4,0	1,6*
	Classe VI	3,0	100	3,5	-0,5
	Classe VII	2,5	312	3,2	-0,7
	Classe VIII	2,7	193	3,3	-0,6
	Classe IX	2,8	85	2,9	-0,1
	Classe X	2,7	16	3,1	-0,4
Classe IV	Classe I	5,2	29	4,8	0,4
	Classe II	3,2	37	3,8	-0,6*
	Classe III	3,4	116	3,5	-0,1*
	Classe IV	3,1	91	-	-
	Classe V	6,5	8	3,6	2,9*
	Classe VI	3,8	25	3,0	0,8*
	Classe VII	2,7	123	2,8	-0,1
	Classe VIII	2,2	103	2,8	-0,6
	Classe IX	2,2	70	2,4	-0,2
	Classe X	1,9	31	2,7	-0,8
Classe V	Classe I	5,4	75	5,3	0,1
	Classe II	3,6	45	4,3	-0,7*
	Classe III	4,1	112	4,0	0,1
	Classe IV	3,2	22	3,6	-0,4*
	Classe V	4,1	26	-	-
	Classe VI	2,6	19	3,5	-0,9
	Classe VII	2,2	50	3,3	-1,1
	Classe VIII	2,6	59	3,3	-0,7
	Classe IX	2,0	17	2,9	-0,9
	Classe X	2,3	13	3,2	-0,9
Classe VI	Classe I	5,6	11	4,8	0,8

	Classe II	4,5	50	3,7	0,8
	Classe III	4,0	86	3,5	0,5
	Classe IV	2,8	37	3,0	-0,2*
	Classe V	2,0	1	3,5	-1,5*
	Classe VI	3,0	22	-	-
	Classe VII	2,7	92	2,7	0*
	Classe VIII	2,1	48	2,8	-0,7
	Classe IX	2,2	33	2,4	-0,2
	Classe X	2,1	11	2,6	-0,5
<b>Classe VII</b>	Classe I	5,0	8	4,5	0,5
	Classe II	3,8	31	3,5	0,3
	Classe III	3,5	58	3,2	0,3
	Classe IV	2,7	39	2,8	-0,1*
	Classe V	9,0	1	3,3	5,7
	Classe VI	2,9	16	2,7	0,2
	Classe VII	2,5	111	-	-
	Classe VIII	2,4	72	2,5	-0,1
	Classe IX	2,1	48	2,1	0*
	Classe X	3,0	18	2,4	0,6*
<b>Classe VIII</b>	Classe I	3,2	15	4,6	-1,4*
	Classe II	3,9	30	3,5	0,4
	Classe III	3,5	77	3,3	0,2
	Classe IV	3,3	49	2,8	0,5
	Classe V	3,3	6	3,3	0
	Classe VI	3,4	11	2,8	0,6
	Classe VII	2,1	101	2,5	-0,4*
	Classe VIII	2,6	141	-	-
	Classe IX	1,9	91	2,2	-0,3
	Classe X	2,4	53	2,4	0*
<b>Classe IX</b>	Classe I	10,0	1	4,2	5,8
	Classe II	4,2	5	3,1	1,1
	Classe III	2,5	10	2,9	-0,4*
	Classe IV	4,7	3	2,4	2,3
	Classe V	-	-	2,9	-
	Classe VI	-	-	2,4	-
	Classe VII	2,1	16	2,1	0*
	Classe VIII	2,3	17	2,2	-0,1*
	Classe IX	1,8	25	-	-
	Classe X	2,3	10	2,0	0,3*
<b>Classe X</b>	Classe I	4,0	2	4,4	-0,4*
	Classe II	-	-	3,4	-
	Classe III	3,0	12	3,1	-0,1*
	Classe IV	2,3	3	2,7	-0,4*
	Classe V	3,0	1	3,2	-0,2*
	Classe VI	-	-	2,6	-
	Classe VII	3,2	9	2,4	0,8
	Classe VIII	3,0	21	2,4	0,6
	Classe IX	2,6	11	2,0	0,6
	Classe X	2,3	23	-	-

*Fonte dos dados brutos:* IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1996.

É preciso realçar que, como não é possível situar no tempo os eventos

**Tabela 3.** (cont.) Número médio de filhos (MF), Efeito de composição (EC) e diferença entre MF e EC por classe social familiar de origem e de destino (somente mulheres com 40 anos ou mais)

Classe de origem	Classe de destino	MF	Nº casos	EC	MF - EC
------------------	-------------------	----	----------	----	---------

analisados, não é possível falar em causalidade, pois não se sabe se o processo de mobilidade foi precedido por ou sucedeu a decisão de ter filhos. Mesmo levando em conta esses limites, pode-se concluir que a situação de mobilidade social está associada a alterações na fecundidade com o seguinte padrão: mobilidade ascendente ó **redução fecundidade**; mobilidade descendente ó aumento fecundidade. Quanto aos elementos motivadores dessa associação, pode-se supor que a relação entre fecundidade e mobilidade se deva tanto aos esforços envolvidos no processo de ascensão social, que levariam a um controle racionalizado da fecundidade, quanto à convivência das pessoas móveis com diferentes grupos (o de origem e os de destino) e seus decorrentes padrões diferenciados de fecundidade.

### **A título de conclusão: refletindo sobre relações de gênero**

As teorias que relacionam mobilidade social e fecundidade têm, em geral, apontado o efeito depressor da primeira sobre a segunda, dado o estresse que o esforço por ascensão ocasiona. Dessa perspectiva, o efeito da mobilidade sobre a fecundidade dependerá do quanto é custoso ascender socialmente em uma determinada sociedade. Estudos sobre mobilidade social no Brasil têm apontado o fechamento do topo da estrutura social e o padrão de fluidez de curta distância (Scalon, 1999) que caracterizam a rigidez de nossa estrutura social. Nesse contexto, as desigualdades sociais características da sociedade brasileira como um todo são o pano de fundo sobre o qual deve-se acrescentar as desigualdades de gênero.

No Brasil a queda da fecundidade foi também concomitante ao ingresso feminino no mercado de trabalho e a conseqüente luta feminina por ascensão, mesmo que simplesmente da posição de dona de casa para alguma ocupação. Podemos esperar que quanto mais desigual em termos de oportunidade de gênero seja uma sociedade e maiores os custos para ascender, mais restritiva terá de ser a postura da mulher em relação a sua fecundidade, ou seja, a mobilidade só poderá se realizar a custa de outros projetos pessoais, como a formação de

famílias e a maternidade. Nesse sentido, a postergação do casamento e do nascimentos de filhos por parte das mulheres seria um indício de desigualdades sociais, já que elas não podem escolher livremente quando unir-se ou ter filhos, uma vez que o papel de esposa e mãe continua sendo muito custoso para as mulheres, especialmente diante de novas oportunidades de educação e trabalho abertas.

A literatura feminista tem apontado o papel do Estado – com os contratos de gênero, mais ou menos desiguais, que sanciona – na diminuição ou aumento das desigualdades de gênero (Mahon, 1995). As conseqüências das desigualdades de gênero, tanto em casa e no mercado de trabalho, sendo que de fato estas se encontram interrelacionadas, para a mobilidade social feminina são visíveis, uma vez que as mulheres têm sua capacidade de barganha no mercado limitada por suas funções na família, que limitam suas possibilidades de investimento profissional. Os papéis familiares e profissionais chocam-se continuamente, e as mulheres parecem viver em um permanente malabarismo entre velhos e novos papéis. Resta a pergunta: onde ficam os homens nessa história? Algo ainda a ser estudado pela literatura sobre a nova paternidade são as eventuais reduções de investimentos profissionais e em mobilidade social por parte dos homens em função do desejo de dedicar-se a papéis familiares.

O custo diferencial por gênero da fecundidade para as carreiras e projetos pessoais dos cônjuges é um aspecto que mereceria pesquisas mais cuidadosas. Diversos estudos apontam para o desenvolvimento de relações de gênero mais igualitárias (Vaitsman, 1994), as quais, poderíamos supor, levariam a uma distribuição mais equitativa dos custos da fecundidade entre o casal. Todavia, a literatura que analisa a chamada Segunda Transição Demográfica (Lesthaeghe, 1995), a persistente queda da fecundidade em países europeus que hoje atinge níveis considerados alarmantes, sugere a persistência do receio das mulheres em continuar assumindo os custos - cada vez maiores dada a sua crescente qualificação - da maternidade.

## Referências Bibliográficas

CARVALHO, José A. M. , WONG, Laura R (1990). “La transición de la fecundidad en Brasil, causas y consecuencias”. Paper apresentado no Seminário sobre Transición de la Fecundidad en Latino America IUSSP/CELADE, Buenos Aires, Abril 3-6.

ERIKSON, Robert (1984). “Social class of men, women and families”. *Sociology*, 18, 500-514.

GERSON, Kathleen (1985). *Hard Choices: how women decide about work, career and motherhood*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

KASSARDA, John D., BILLY, John O. G. , WEST, Kirsten (1986). *Status Enhancement and Fertility*. Orlando, Academic Press.

LESTHAEGHE, Ron (1995). “The second demographic transition in Western Countries: an interpretation”. In: MAHON, Karen Oppenheim, JENSEN, Ann-Magritt. *Gender and family change in industrialized countries*. Oxford, Clarendon Press, 17-62.

MAHON, Evelyn (1995). “Contratos de género y políticas de cohesión social” in *Política y Sociedad*, 19, 61-74.

PASTORE, José (1979). *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: TA Queiroz: EdUSP.

SCALON, Maria Celi (1999). *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro, Revan, Iuperj-Ucam.

SILVA, Nelson do Valle, VALOIS, Deborah Roditi (1983). *Uma hipótese teimosa: o efeito da mobilidade social sobre o comportamento reprodutivo*. Rio de Janeiro, LNCC mimeo.

VAITSMAN, Geni (1994). *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro, Rocco.

Data de recebimento: 15/08/2011

Data de aprovação: 14/09/2011